

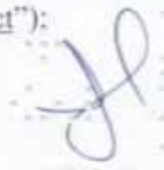
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 06.977.745/0001-91

Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2007.**

1. **Data, Hora e Local:** No dia 15 de março de 2007, às 11:00 horas, na sede da BR Malls Participações S.A. ("Companhia"), na Praia de Botafogo, n.º 501, sala 702 (parte) – Torre Corcovado, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.
2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, registrando-se que os Srs. Thomas Joseph McDonald, Ira Chaplik, Richard Paul Matheson, Fersen Lamas Lambranhó e Adayl de Barros Stewart participaram da presente assembléia por conferência telefônica.
3. **Mesa:** Secretário: Camila Goldberg Cavalcanti de Freitas
4. **Deliberações:** Deliberações tomadas por acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia:
 - 4.1. Aprovar a realização de distribuição pública primária pela Companhia ("Distribuição Primária"), em análise na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (Processo CVM nº RJ 2007 - 01195), nos termos e condições dispostos abaixo:
 - (i) Montante máximo da distribuição pública primária: serão distribuídas até 40.351.923 (quarenta milhões, trezentas e cinquenta e uma mil, novecentas e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações objeto da Distribuição Primária"), representativas de 40,29% (quarenta vírgula vinte nove por cento) do capital social da Companhia, em mercado de balcão não organizado, a ser realizada no Brasil, e, ainda, com esforço de venda das Ações no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela Regulation S e Rule 144A, ambas do Securities Act de 1933 dos Estados Unidos da América ("Securities Act");



06.977.745-01

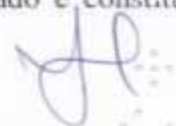
- (ii) Venda de lote suplementar de ações: a quantidade total de Ações objeto da Distribuição Primária poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento), isto é, 6.052.788 (seis milhões, cinquenta e dois mil, setecentas e oitenta e oito) ações adicionais, conforme opção a ser outorgada pela Companhia à(s) instituição(ões) intermediária(s), destinado a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Distribuição Primária ("Opção de Ações Adicionais"). A Opção de Ações Adicionais poderá ser exercida no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início da Distribuição Primária;
- (iii) Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Adicionais, a quantidade de Ações objeto da Distribuição Primária, poderá, a critério da Companhia, ser aumentada em até 20% (vinte por cento), isto é, 20.031.645 (vinte milhões, trinta e um mil e seiscentos e quarenta e cinco), conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2.º, da Instrução CVM n.º 400;
- (iv) O preço das Ações objeto da Distribuição Primária será determinado após (a) a efetivação dos pedidos de reserva e (b) a apuração do resultado da coleta de intenções ("Procedimento de Bookbuilding") a ser realizado pelas instituições intermediárias, de acordo com o disposto no artigo 170, §1º, inciso III, da Lei n.º 6.404/76 e no artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03.
- (v) Em razão da aprovação da realização da Distribuição Primária, caberá ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, aprovar aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no montante necessário para atender ao disposto nos itens (i), (ii) e (iii) acima.
- (vi) Fica a administração da Companhia autorizada a tomar todas as demais medidas que se façam necessárias para (a) a realização da Distribuição Pública e definição dos demais termos e condições aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, à aprovação do preço das ações da Distribuição Primária, à contratação da(s) instituição(ões) intermediária(s) e demais instituições participantes da Distribuição Pública e à assinatura do contrato de distribuição, e (b) implementar Programa de Global Depositary Receipts ("Programa de GDRs") nos termos da *Rule 144A* e da *Regulation S* do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, incluindo, mas não se limitando, à celebração

de contrato com a Instituição Depositária, com as seguintes características: Patrocinador: BR Malls Participações S.A.; Tipo de Ações: ordinárias nominativas e sem valor nominal; Instituição Depositária: JP Morgan Chase Bank N.A.; Instituição Custodiante: Banco Itaú S.A.; e

- (vii) Aprovar a possibilidade de que as ações a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Distribuição Pública sejam distribuídas privadamente no exterior sob a forma de *Global Depositary Shares*, representadas por *Global Depositary Receipts 144A* e/ou *Global Depositary Receipts Regulation S* em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas, respectivamente, na *Rule 144A* e na *Regulation S*.

4.2. Aprovar, em atendimento ao Ofício CVM/SER/SEP nº 24/2007, a reforma dos seguintes dispositivos do Estatuto Social da Companhia: (i) a *caput* do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, a fim de registrar que o Conselho de Administração é composto por até 07 (sete) membros efetivos e até igual número de suplentes, vinculados ou não a membros efetivos específicos, todos acionistas, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, ressalvado o mandato inicial, e em caráter excepcional, de 3 (três) anos dos atuais membros do Conselho de Administração, tudo conforme disposto no *caput* do artigo 13 ; e (ii) §1º do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia — a fim de estabelecer que a Diretoria será composta por, no mínimo, 06 (seis) e, no máximo, 07 (sete) diretores, acionistas ou não, residentes no País, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Operações e 2 (dois) Diretores de Desenvolvimento de Negócios, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos e a qualquer tempo destituídos pelo Conselho de Administração.

4.3. Em consequência da deliberação referida no item 4.2 (ii) acima, o artigo 24 do Estatuto Social da Companhia deverá ser reformado, devendo ser incluídos novos artigos tratando das competências e atribuições específicas do Diretor Comercial, do Diretor Operacional e dos Diretores de Desenvolvimento de Negócios, com a consequente renumeração dos artigos subsequentes do Estatuto Social, tudo conforme já refletido no texto Estatuto Social consolidado, que foi rubricado pela mesa, numerado e constitui o Anexo I à ata a que se refere esta Assembléia Geral.



4.4. Adicionalmente às reformas estatutárias constantes dos itens 4.2 e 4.3 acima, alterar a redação do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia que, antes da renumeração referida na deliberação anterior era o artigo 31, para fazer constar os requisitos que deverão ser atendidos pela empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação referido no artigo em questão, passando o mesmo a vigorar com a redação constante do Estatuto Social consolidado que constitui o Anexo I à ata a que se refere a presente Assembléia.

4.5. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76.

5. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária no livro próprio, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, devendo ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis.

6. **Assinaturas:** Mesa: **Secretário:** Camila Goldberg Cavalcanti de Freitas. **Acionistas:** Private Equity Partners A, LLC; Private Equity Partners B, LLC; El Brazil Investments, LLC.; Richard Paul Matheson; DYL Empreendimentos e Participações S.A.; Hugo Matheson Drummond; Leonardo Matheson Drummond; Antonio Wadih Arbex; Carlos Medeiros Silva Neto; Fersen Lamas Lambranhó; Adayl de Barros Sterwart; Thomas Joseph McDonald; Ira Chaplik e Danilo Palmer.

Confere com o original lavrado em livro próprio.



Rio de Janeiro, 15 de março de 2007.

Autenticação da Mesa:



Camila Goldberg Cavalcanti de Freitas

Secretário

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: BR MALLS PARTICIPACOES S/A	
Nire: 33.3.0028170-3	
Protocolo: 00-2007/034392-6 - 15/03/2007	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 30/03/2007. E O REGISTRO SCD Nº	
E DATA ABAIXO	
00001685502	
DATA: 30/03/2007	
	 Valéria A. M. Serra SECRETARIA GERAL